

XVI

BREVES REFLEXÕES SOBRE DOMINAÇÃO MASCULINA E CARNIVORISMO

Breif reflections about male dominance and carnivorism

Ana Cristina Bacega Debas

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade Meridional, especialista em Direito Processual Civil pela Faculdade Anhanguera de Passo Fundo e advogada. E-mail: cristi.bd@hotmail.com

Mayara Pellenz

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade Meridional, especialista em Direito Penal e Direito Processual Penal pela Faculdade Meridional e advogada. E-mail: maypellenz@hotmail.com

Recebido em 17.09.2014

Aprovado em 25.12.2014

Resumo: A história da humanidade é marcada, desde seus primórdios, por traços da exploração do Homem, por meio da subjugação e dispositivos de poder, de violência e de submissão. Esse fato é percebido nas relações entre os gêneros e nas relações do homem com a natureza. O uso da carne na dieta humana também é um traço histórico, que desvela esta dominação e possui conexões ligadas com a sexualidade, especialmente do homem em relação à mulher, de maneira bastante forte. O carnivorismo hoje, apesar de ser amplamente aceito na sociedade, encontra-se ultrapassado porque as possibilidades da alimentação são muito amplas, em razão da modernidade. Além disso, o direito dos animais deve ser considerado, já que anualmente, bilhões deles são abatidos para satisfazer os interesses humanos. Dessa forma, a dieta vegana, o direito dos animais, a ecologia profunda e o moderno conceito da Sustentabilidade surgem na atualidade como alternativas à matança desmedida que ocorre em todo o mundo visando o lucro, e não considerando a vida dos seres e o valor intrínseco que ela possui.

Palavras-chave: Poder, Carne. Homem. Animais. Sustentabilidade.

Abstract: The history of humankind is marked, since its origin, by traces of Men exploration, via the subjugation and devices of power, violence and submission. This fact can be seen in the relations between the genders and in the relations between man and nature. The use of meat in human diet is another historical trace that reveals this domination and has direct

connections with the sexuality, especially from men towards women, in a strong way. The carnivorousism today, despite of being largely accepted in the society, is actually outdated because of the many simple possibilities of food habits, due to the modernity. Besides, the animal rights must be considered, since annually, billions of them are slaughtered to satisfied the human interests. This way, the vegan diet, the animal rights, the ecology and the modern concept of Sustainability emerge currently as an alternative to the enormous slaughter that occurs in the world aiming profit, e disconsidering the life of the living being or the inherent value it possesses.

Key-words: Power. Meat. Man. Animals. Sustainability.

Sumário: 1 Introdução - 2 Consumo de carne: aspectos históricos, relação com o poder e a violência contra as mulheres - 3 A carne na dieta dos humanos e Direito dos Animais não humanos - 4 O Valor da Vida e da Natureza: um novo olhar em prol da Sustentabilidade - 5 Considerações Finais - 6 Referências

1 Introdução

Historicamente, há uma relação muito forte de domínio e superioridade do homem sobre a mulher. Desde os primórdios, as civilizações impuseram uma condição de inferioridade entre os gêneros¹, baseada em crenças, em religião, em condições físicas, entre outros fatores. A participação da mulher foi sempre muito limitada e muitas vezes proibida, e seu papel restringia-se, essencialmente, na procriação, no cuidado com os afazeres do lar e na criação dos filhos.

Em que pese o fato das mulheres terem lutado e conquistado uma posição jamais imaginada na sociedade, os ranços de dominação estão presentes até mesmo nos dias de hoje. São inúmeros os exemplos onde as mulheres estão inferiorizadas, diminuídas, sem alcançar o patamar de igualdade almejado ao longo da História de maneira efetiva.

¹ Quando falamos relações de Gênero, estamos falando de poder. À medida que as relações existentes entre masculino e feminino são relações desiguais, assimétricas, mantêm a mulher subjugada ao homem e ao domínio patriarca (COSTA, 2008).

Formalmente, as conquistas em relação à formalização da igualdade entre os gêneros ocorreu². Porém, a assimetria entre os gêneros é uma realidade e está presente em muitas famílias. Observa-se inclusive que este cenário de desigualdade estendeu-se também para o espaço público. Na prática, no dia a dia, observam-se diferenças gritantes, onde os traços patriarcais e machistas estão presentes de maneira muito forte, distanciando o discurso da realidade³. De fato, o Estado não está passivo e tem agido no sentido de proteger e efetivar os direitos das mulheres. Existem políticas públicas de inclusão das mulheres no seio social e no ambiente do trabalho, bem como leis especiais, à citar a Lei 11.340 de 2006⁴. Apesar de avanços significativos, a subjugação e a dominação ainda

² O Artigo 5º da Constituição Federal dispõe que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

³ Salário das mulheres permanece 28% inferior ao dos homens, diz IBGE: O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas revelou, nesta quinta-feira (8), que a diferença de renda entre homens e mulheres no Brasil não diminui desde 2009. A desigualdade de gênero no mercado de trabalho é uma das principais bandeiras dos movimentos sociais que defendem os direitos das mulheres. Segundo o IBGE, o rendimento médio da mulher brasileira equivale a 72,3% da renda média dos homens, ou seja, o salário das mulheres permanece 28% inferior aos dos homens. Em 2011, o rendimento médio dos homens era de R\$ 1.857,63. As mulheres, porém, ganharam em média R\$ 1.343,81, apesar de terem mais escolaridade. A razão da remuneração do trabalho entre mulheres e homens foi de 72,3% no ano passado, número que tem se mantido estável nos últimos três anos e é apenas 1,5% ponto percentual desde 2003. Embora sejam maioria na população ativa (representada por pessoas com dez anos ou mais de idade), as mulheres são minoria em quatro dos seis principais ramos da economia: indústria, construção, comércio e serviços prestados a empresas. Profissionais do sexo feminino só são maioria nos cargos da administração pública e no serviço doméstico, onde apenas 5,2% dos trabalhadores são homens. De acordo com o IBGE, apesar de a mulher tem conquistado mais espaço no comércio e na prestação de serviços, o panorama do mercado de trabalho, em relação à divisão por sexo, se manteve praticamente inalterado entre 2003 e 2011. As exigências do mercado de trabalho também são maiores para as mulheres do que para os homens. Segundo os dados divulgados na análise comparativa do instituto, a porcentagem de mulheres e homens com mais de 11 anos de estudo ou com superior completo no mercado avançaram em todos os setores nos últimos oito anos, mas as mulheres continuam sendo maioria nesse quesito - em nenhum setor, com exceção do serviço doméstico, as mulheres com menos de 11 anos de estudo são maioria. (<http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2012/03/salario-das-mulheres-permanece-28-inferior-aos-dos-homens-diz-ibge.html>. Acesso em 16 de maio de 2014).

⁴ Esta lei é popularmente conhecida com Lei Maria da Penha devido à Sra. Maria da Penha Maia Fernandes, que sofreu inúmeras violências cometidas pelo seu marido, à época, sendo as mais graves delas, duas tentativas de assassinato. Maria da Penha saiu viva desta situação mas a consequência disso tudo foi a paraplegia. Através da Justiça, ela buscou penalizar o agressor pelo histórico de violência sofrida durante os anos de vida em comum. A decisão do caso foi estendendo no Judiciário durante aproximadamente 15 anos. Com ajuda de organizações não governamentais, ela conseguiu que seu

persistem. Neste trabalho científico pretende-se abordar as questões que envolvem a dominação masculina e o carnivorismo, que são uma realidade nos dias de hoje, e também os direitos dos animais frente à estes abusos.

O assunto nos parece complexo mas extremamente envolvente, especialmente com as reflexões e conexões trazidas pela autora Carol Adams, na obra *A Política Sexual da Carne*. Suas considerações sobre o tema estão arraigadas no nosso dia a dia, mas raramente estes pontos de vista são discutidos. Através do método indutivo e da pesquisa bibliográfica, a pesquisa analisa, em seu último ponto, a necessidade de um novo olhar à questão da dominação masculina e do carnivorismo, em prol da Sustentabilidade e da superação do antropocentrismo que é a característica deste século.

2 Consumo de carne: aspectos históricos, relação com o poder e a violência contra as mulheres

A relação existente entre poder⁵ e consumo de carne não é um fenômeno recente. Se remonta à outros séculos a existência de uma relação

caso fosse apreciado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (OEA), que pela primeira vez, acatou uma denúncia de violência doméstica. O agressor chegou a ser preso mas ficou muito pouco tempo encarcerado. A grande vitória do caso de Maria da Penha foi justamente a condenação do Brasil, pela OEA, por negligência e omissão em relação à violência doméstica. Uma das punições foi a recomendações para que fosse criada uma legislação adequada a esse tipo de violência Este foi o ponto de partida para que fosse criada uma lei definindo as formas de violência doméstica e familiar contra as mulheres e estabelecendo mecanismos para prevenir e reduzir este tipo de violência, como também prestar assistência às vítimas. Em setembro de 2006 a lei 11.340/06 finalmente entra em vigor, fazendo com que a violência contra a mulher deixe de ser tratada com um crime de menos potencial ofensivo. A lei também acaba com as penas pagas em cestas básicas ou multas, além de englobar, além da violência física e sexual, também a violência psicológica, a violência patrimonial e o assédio moral).

⁵ O poder é entendido como manifestações de correlação de forças centralizadas no controle, na opressão que sugere um dominador e um dominado, arraigado nas relações sociais, culturais, econômicas, políticas e sexuais. “(...) que o poder não é algo que se adquire, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de números pontos e em meio a relações desiguais e móveis; que as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimentos, relações

entre os que detêm o poder e o consumo de carne. O pensamento de que as pessoas que têm poder sempre comem carne é um pensamento bastante antigo. Há registros de um quadro onde a figura de Henrique VIII é retratada consumindo carne enquanto suas seis esposas são retratadas consumindo maçãs, uvas, repolhos, etc. Deste retrato, pode-se extrair duas conclusões: a carne era alimento exclusivo do homem e também era um alimento ligado à aristocracia, logo, ao poder.

De fato, as mulheres historicamente tiveram uma alimentação prejudicada e uma das justificativas é porque pertenciam à uma segunda classe, menos favorecida, e por isso não precisavam consumir carne. Por outro lado, a carne sempre foi um bem econômico valioso, ligado diretamente à virilidade, à aristocracia e ao poder.

Sobre essas diferenças na alimentação, Adams evidencia que elas podem ser notadas até mesmo nas crenças e no imaginário cultural, quando, por exemplo, se refere ao período gestacional da mulher. No tocante do sexo do nascituro, se o desejo é um menino, é preciso comer carne durante a gravidez para nutrir o bebê deste tipo de alimento. Se o desejo for uma menina, é preciso consumir leite, queijo, cereais, frutas, mas não é preciso consumir carne (ADAMS, 2012, p. 58-59).

Outro motivo que explicaria o porquê da alimentação tão prejudicada da mulher na História é que estas sempre aceitaram exigências dos companheiros. E aqui, há referência às exigências de toda a ordem, inclusive emocional, profissional, sexual, etc. As exigências em relação à dieta da família é apenas uma dentre as várias existentes. No que diz

sexuais), mas lhe são imanentes; são os efeitos imediato das partilhas, desigualdades e desequilíbrio que se produzem nas mesmas e, reciprocamente, são as condições internas destas diferenciações” (FOUCAULT, 1999, p.89).

respeito à carne, ficava então instituído a prioridade do consumo do alimento pelo homem, evidenciando as conexões de dominação arraigadas desde a Pré-História. Muitas mulheres, no século XIX, que se alimentavam de tubérculos e outros legumes, relatavam o desejo pela carne mas não a consumiam pois “deveriam guardar a carne para ele” (ADAMS, 2012, p. 62).

No século XIX defendeu-se também a ideia de que raças inferiores deveriam consumir alimentos mais ordinários, ao passo que os “trabalhadores de cérebro” precisavam de mais carne magra como principal componente da sua refeição. Essa declaração, dada por um médico da época, revela que racismo e sexismo, juntos, defenderam a carne como o alimento do homem branco; ou seja, raças inferiores como negros e mulheres devem alimentar-se de cereais e frutas enquanto a carne seria alimento a ser consumido pelos homens brancos (ADAMS, 2012, p.67).

E como fica, por exemplo, os homens que não comem carne? Segundo Adams, considerando que no senso comum prevalece o pensamento de que a carne é um símbolo do domínio masculino (ADAMS, 2012, p. 69), o homem que não consome carne não é dominador, ou seja, são julgados como efeminados pois indicam que não são masculinos. As culturas nas quais há consumo de carne são chamadas culturas viris (ADAMS, 2012, p. 116) e isso se justifica porque carne é um símbolo do domínio masculino.

A virilidade tem íntima ligação com o consumo de carne e isso ficou evidenciado no período das guerras. O consumo de carne pelos soldados era tão indispensável que houve a reserva do direito da carne para

estes, os homens viris, enquanto o restante da população racionava o consumo do alimento.

A questão da violência também pode ser inserida neste contexto. Adams ressalta que os homens que batem em mulheres usam frequentemente a ausência de carne como pretexto para o seu comportamento. Mencionam o fato de “não ter carne” como justificativa da sua violência. Segundo relatos de uma mulher que apanhou do marido: “a coisa começava com ele se zangando por causa de bobagens, de bobagenzinha, como queijo em vez de carne num sanduíche”. Outro relato evidencia a afirmação: “Há um mês atrás ele me atirou água fervente, deixando uma cicatriz no meu braço direito. Tudo porque eu lhe dei uma torta de legumes no jantar, em vez de carne” (ADAMS, 2012, p. 74 e 75).

Os homens que batem em mulheres e demais criminosos, como os estupradores, os assassinos em série e os que cometem violência contra crianças frequentemente vitimizam animais. Comportam-se assim por diversas razões, como por exemplo: os estupradores podem usar um animal para intimidar, coagir, controlar ou violentar uma mulher; os assassinos em série frequentemente iniciam-se na violência praticando-a contra animais. Os relatos de crianças vítimas de violência demonstram que o agressor ameaça seu animal de estimação, e por este motivo a criança acabava intimidada, obedecendo ao agressor (ADAMS, 2012, p.85).

A violência trazida na obra da autora também possui conotação sexual. “Andrea Dworkin apresenta a pornografia como “um pedaço de carne de fêmea”; Gena Corea observa que “as mulheres dos bordéis podem ser usadas como animais em gaiolas”; Linda Lovelace relata que “Xaviera olhou para mim como um açougueiro inspecionando um flanco de carne

bovina”; uma atriz de cinema sobre do dilema da amiga também atriz que cometera suicídio diz que “eles nos tratam como carne” (ADAMS, 2012, p. 86): essas expressões utilizam a violência contra os animais como metáforas. Adams explica que as mulheres podem se sentir como pedaços de carne e ser tratadas como pedaços de carne – emocionalmente retalhadas e fisicamente espancadas – mas os animais são de fatos transformados em pedaços de carne

Comumente, mulheres que sofrem violências físicas ou vítimas de estupro dizem: “eu me senti como um pedaço de carne”. Nesta expressão, o significado da carne não se refere a ela própria, mas a como se sentiu uma mulher vitimizada pela violência masculina. Ninguém se sente realmente um pedaço de carne, mas mulheres nestas situações fazem o uso metafórico da linguagem (ADAMS, 2012, p. 80). Adams sugere um ponto de intersecção entre a violência sexual e o consumo de carne, exemplificando que o equipamento pornográfico (como correntes, espetos, laços, coleiras de cachorro e cordas) visivelmente evocam o controle e a dominação sobre os animais. Dessa forma, quando as mulheres são vítimas de violência, o tratamento aos animais é lembrado.

Os homens também fazem uso de um discurso legitimador de suas ações violentas e comportamentos doentios justificando, por exemplo, consumo de carne pelo desejo dos animais de se tornar carne. Da mesma forma, muitos criminosos justificam o estupro cometido pelo desejo das mulheres de serem estupradas. Sobre o tema, Adams relata uma história irônica: havia um local onde a carne é proibida, a menos que seja de algum animal que sofreu morte natural..., assim, estranhamente, “percebeu-se que os animais estavam constantemente morrendo por causas naturais sob circunstâncias mais ou menos suspeitas. [...] Era incrível como alguns

desses infelizes animais farejavam uma faca de açougueiro a mais de um quilometro, corriam na direção dela e eram feridos se o açougueiro não desviasse a tempo” (ADAMS, 2012, p. 97).

Entretanto, nada parece chocar mais do que a aceitação social da relação existente entre dominação masculina e carnivorismo. Estes conceitos estão arraigados de maneira tão profunda na sociedade, que nem mesmo são questionados, ainda que façam parte do dia a dia das pessoas.

Como exemplos disso (citados também na obra de Adams), está a churrascaria americana “Costela de Adão”, que evidencia claramente a dominação masculina e a subjugação da mulher, que veio ao mundo através dessa costela para fazer companhia/servir ao homem. A “costela de Adão” é uma clara referência ao gênero feminino e também o produto principal a ser consumido na churrascaria, que certamente deveria conter também um “filézinho”. A cadeia de restaurantes americana “The Hustler” é famosa por servir a “melhor carne da cidade”, representada pelo traseiro de uma mulher no cardápio. Sobre o consumo de frango, pergunta-se, ironicamente, em um outdoor: “você é tarado por peitos ou por coxas?”. E por fim, um dos maiores exemplos capaz de demonstrar a conexão entre dominação masculina da natureza e sexualidade, é o fetiche das “coelhas da Playboy”, que já dura muitas décadas e foi disseminado em todo o mundo.

Com todas estas reflexões, é necessário reforçar a ideia de que a mulher há muito tempo deixou de ser objeto a ser explorado pelo homem. Ela é dotada de dignidade e possui características tão distintas das masculinas que a tornam especiais, especialmente em sua relação com a Natureza. Neste sentido,

Pelo feminino o ser humano se abre ao cuidado, se sensibiliza pela profundidade misteriosa da vida e recupera sua capacidade de maravilhamento. O feminino ajuda a resgatar a dimensão do sagrado. O sagrado impõe sempre limites à manipulação do mundo, pois ele dá origem à veneração e ao respeito, fundamentais para a salvaguarda da Terra” (BOFF, 2009, p.15).

Entretanto, este não parece ser o pensamento mais disseminado atualmente. Apesar dos avanços que são inerentes a processo civilizatório, os resquícios de dominação estão muito presentes na realidade atual. É inegável dizer que a carne guarda relações com esse contexto machista, de poderio e de dominação mas que apesar disso, seu consumo é amplamente difundido, economicamente fomentado e socialmente aceito, com poucos questionamentos à respeito da questão.

3 A carne na dieta dos humanos e Direito dos Animais não humanos

O uso de animais como alimento talvez seja a mais antiga e a mais difundida forma de uso animal segundo Peter Singer (2002, p. 72), que é expoente do assunto, ao considerar o uso alimentar da carne de maneira desnecessária, como se fosse um luxo, tal e qual era nos séculos passados. Neste sentido parece que, de alguma forma, a sociedade atual retrocede pois os animais são diariamente retalhados e desmembrados em pedaços, tornando-se “referentes ausentes”: existe a carne mas não existe a vida - o corpo morto substitui o animal vivo.

A cultura moderna traduz a expressão carne em linguagem gastronômica, ligada à cozinha, ao prazer e à saciedade. Não se pensa em não em retalhamento ou morte. Os animais vivos são, portanto, o referente ausente do conceito de carne. Todo o processo que transforma o animal

vivo em carne – referente ausente – é um processo brutal ao qual o animal foi submetido, mas o caminho percorrido não é questionado, não é refletido, ocorre bem longe dos olhos da sociedade. É preciso lembrar porém que não se come carne sem a morte de um animal e isso é um fato (ADAMS, 2012, p. 79).

Ocorre que, questionar a matança generalizada e impiedosa de animas em prol da alimentação é, muitas vezes, uma discussão para poucos. A maior parte da sociedade é conivente com a matança e não está disposta a refletir sobre as implicações de tudo isso. Ainda há pessoas que defendem que a Natureza é um bem à disposição do Homem e que pode ser utilizada sem qualquer tipo de cuidado, acentuando os ranços do antropocentrismo⁶.

Porém, muitos avanços ocorreram nesta seara. O artigo 225 da Constituição Federal brasileira é um exemplo disso⁷, pois protege e garante o meio ambiente sadio e equilibrado para o desenvolvimento dos seres. No

⁶ “O antropocentrismo considera o ser humano rei/rainha do universo. Considera que os demais seres só têm sentido quando ordenados ao ser humano; eles estão aí disponíveis ao seu bel prazer. Essa compreensão quebra com a lei mais universal: a solidariedade cósmica. Todos os seres são interdependentes e vivem dentro de uma teia intrincadíssima de relações. Todos são importantes”. BOFF, 2009, p. 14).

⁷ Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies; § 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei. § 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. § 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais. § 5º - São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais. § 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas).

entanto, quando se refere especificamente sobre o consumo de carne, não se pode deixar de mencionar que trata-se de um negócio economicamente lucrativo e que há interesses diversos por detrás da matança, que vão muito além dos interesses dos animais em confinamento, prontos para o abate.

Peter Singer nos ensina a importância de considerar o interesse dos animais não humanos, explicando que “o fato de que os seres não pertencerem à nossa espécie não nos dá o direito de explorá-los, nem significa que, por serem outros animais menos inteligentes do que nós, possamos deixar de levar em conta os seus interesses” (SINGER, 2002, p.66). Singer ressalta ainda, sobre a vida dos animais humanos e não humanos, “não podemos dizer que uma é mais valiosa do que a outra” (SINGER, 2002, p.115) mas infelizmente esse julgamento ocorre todos os dias, em detrimento da vida dos animais não humanos.

De fato, o processo que leva o produto a mesa é bastante cruel. Fala-se em fragmentação eliminadora de vida e do desmembramento de animais para tornarem-se carne a ser posteriormente consumida. A opção de muitos é a de não querer saber o que ocorre nos matadouros – que são estruturas enclausuradas onde o processo de retalhamento e desmembramento de se dão de maneira silenciosa - pois é desta maneira que o referente (animal) vivo desaparece (ADAMS, 2012, p. 90).

As pessoas optam pelo desconhecimento do que ocorre ali por serem capazes de perceber o quão primitivo é uma alimentação baseada em carne, sendo que outros alimentos poderiam completar a dieta sem qualquer contribuição ao horror e à matança. Porém, é inegável o constrangimento existente quando o assunto vem a tona, pois ninguém quer ser lembrado do que está comendo e muito menos de como aquele

produto veio parar ali. Falar dos matadouros é quase um tabu (ADAMS, 2012, p. 110). Na hora do jantar, então, o assunto é interrompido de imediato: “Lembre um garoto de que a ave estava viva e haverá uma cena desagradável, mas deixe-o pensar que fazem isso nas fábricas e tudo ficará bem” (ADAMS, 2012, p. 121).

A realidade é que todo abate de animais para a produção de carne é desumano, assim como todos os estupros são violentos (ADAMS, 2012, p. 115): esse tipo de associação não deve deixar de ser feito. Nós não consumimos pessoas. Consumimos animais e esse consumo oferece razões para subjuga-los, bem como caçá-los, prendê-los, fazer experiências, matá-los, ratalhá-los e por fim consumi-los.

Importante ressaltar que a instituição do retalhamento é exclusiva dos seres humanos. Plutarco explica a necessidade dos humanos nos equipamentos para fragmentar, já que não temos olfato apurado, presas, garros, bicos afiados, ou outras armas naturais. Com equipamentos, o desaparecimento total de criaturas indefesas acontece. Hanna Arendt afirma que a violência sempre precisa de equipamentos. Sem a violência cometida com equipamentos, os seres humanos não poderiam comer carne. A violência é fundamental nesse processo. Facas afiadas são essenciais para transformar o animal vivo anestesiado em carne morta comestível. Sobre os trabalhadores de um matadouro, Selzer observa que “tem a sincronia de bailarinos e ficam a maior parte do tempo em silêncio” (ADAMS, 2012, p. 91).

Sobre o assunto, cabe ressaltar uma curiosidade trazida por Adams, de como foi o início da divisão do trabalho nas linhas de montagem (inversamente à desmontagem) quando Ford visitou o matadouro de

Chicago. Ford atribuiu a ideia da linha de montagem dos automóveis às atividades fragmentadas da matança de animais a que assistiu: “A ideia me ocorreu ao observar o carrinho de transporte aéreo que os frigoríficos de Chicago usam para preparar a carne”. Estranhamente, os proprietários dos matadouros consideraram louváveis as palavras de Ford, e descreveram o processo todo da matança em um livro onde acrescentaram, orgulhosamente, que o procedimento é tão eficiente que foi adotado por muitas outras indústrias, a citar a da montagem de automóveis” (ADAMS, 2012, p. 94)

A violência contra os animais não é mascarada porque ocorre à todo o tempo e em vários lugares ao mesmo tempo. Pode ser combatida por uma minoria da população, que acredita no valor e nos direitos dos animais, mas é largamente aceita em todo o mundo. A violência contra os animais está tão presente que a nossa linguagem contribui para isso, quando se faz uso de expressões como “não querer dividir o osso”, “mais fácil que chutar cachorro morto”, entre outras. E mais: como se pode chamar de frango “inteiro” aquele que não contém penas, vísceras ou cabeça? E na geladeira do supermercado, como vender aquele referente ausente como “frango fresco”?

É desolador constatar que o mundo é estruturado em cima da morte dos animais. Isso está presente nos alimentos, no sabão, no sapato, nas plumas do edredom, no vestuário, etc. Nesse sentido, “ainda que haja situações nas quais não é errado matar animais, essas situações são especiais e não abrangem os muitos bilhões de mortes prematuras que, ano após ano, os seres humanos infligem aos animais” (SINGER, 2002, p. 143).

Historicamente, o consumo da carne para alimentação passou vários estágios: o primeiro estágio é chamado “faça você mesmo”, referido anteriormente por Plutarco, como a capacidade de poder interagir com a caça, observá-la, utilizar suas garras, bicos e outros recursos, desde que naturais. O segundo estágio é a caça por meio da violência equipada e de membros da comunidade previamente denominados para desempenhar este papel (divisão nos clãs entre caçadores e coletores, entre o papel do masculino e do feminino, início da agricultura de subsistência e a formação das primeiras comunidades). O terceiro estágio é a domesticação de animais para posterior consumo, oferecendo-lhe alimento e condições de desenvolvimento, de modo a estarem facilmente disponíveis para abate e por fim, o quarto estágio é o aprisionamento de animais para posterior retalhamento e desmembramento em cadeia produtiva de consumo, do modo como se encontra hoje.

Atualmente, as grandes reflexões dos defensores dos animais e dos adeptos à dieta vegana vêm justamente neste sentido. Chegamos ao quarto estágio do consumo da carne por meio de uma matança sem precedentes e desnecessária. Realmente precisa-se de tudo isso? Quais os custos de tantas mortes considerando que a vida dos animais, seja ele qual for, também tem seu valor? Importa dizer que: setenta por cento da proteína da comida dos norte americanos provém da carne e do leite, enquanto, oitenta por cento da proteína do Extremo Oriente provém de vegetais (ADAMS, 2012, p. 129). Assim, é possível dizer que alternativas para o consumo de carne existem e são viáveis, mas dependem da vontade e da aceitação da sociedade, especialmente no tocante ao reconhecimento dos direitos dos animais. Uma destas alternativas seria a dieta vegana.

Os primeiros registros sobre vegetarianismo datam do ano de 1847, e o movimento, ao longo da História ganhou força e foi modificando-se, à medida que as opções de alimentos industrializados foram aumentando. Cabe registrar que as pessoas que comem peixe e frango não são vegetarianas: são onívoras que se abstêm de carne vermelha. O vegano sim, evita todos os produtos derivados da exploração animal, não só as proteínas animalizadas e feminilizadas, como também produtos como pele, couro e mel (em repúdio total à exploração de fêmeas, que são duplamente oprimidas, uma na vida e outra na morte – ex.: produtoras de ovos e leites que depois viram carne).

De fato, uma alimentação adequada é possível e viável nos dias de hoje, sem recorrer ao recurso oferecido pela carne animal. Os adeptos da dieta vegana são exemplo a serem seguidos pela capacidade de mudança e de atitude diante da selvageria da dieta dos tempos modernos.

4 O Valor da Vida e da Natureza: um novo olhar em prol da Sustentabilidade

Atualmente, o panorama da sociedade é alarmante no que diz respeito à noção de vida. Questiona-se o quanto a vida humana é sagrada pois esta, que é o valor supremo de cada ser, é cada vez mais banalizada e desprezada, especialmente por aqueles que se consideram racionais: os próprios seres humanos. Vidas são diariamente descartadas. Assim, se a preservação e existência da vida humana está ameaçada, pois seu valor encontra-se diminuído face á tantas atrocidades, a vida dos animais não humanos muitas vezes não é discutida, sequer levada em consideração.

São vidas usadas, utilizadas, descartadas conforme interesses e necessidades dos seres humanos, pouco importando seu valor ou seu interesse. Peter Singer nos alerta que “o valor da vida é um problema ético de notória dificuldade, e só podemos chegar a uma conclusão racional sobre o valor comparado das vidas humana e animal depois de termos discutido o valor da vida em termos gerais” (SINGER, 2002, p. 72).

Ocorre que estas definições encontram-se imprecisas porque vive-se hoje no meio do caos, e é por isso que Boff nos remete à uma nova consciência, de ética para a vida no sentido mais amplo. Não interessa preservar e garantir somente a vida e os direitos do Homem. Os animais são parte integrante do sistema e do planeta onde vivemos, não se admitindo mais a utilização da Natureza como objeto à disposição da Humanidade. Com este esclarecimento definido, é necessário criar condições de Sustentabilidade, pois da forma como vive-se hoje, os níveis chegam próximos à insuportabilidade. Neste sentido

O Direito dos Animais deve ser assimilado como um filtro para se chegar ao juízo de sustentabilidade. Isto é: a pecuária viola o direito dos animais, logo não há que se perguntar pela sua sustentabilidade; caçar animais por diversão (não interessando se conduta legalizada ou não) agride o direito dos animais, portanto não sabe questionar sobre a sua sustentabilidade. A sustentabilidade profunda só existe em ruptura com o paradigma antropocêntrico, tendo em conta todos os direitos não-humanos. Em outras palavras: a capacidade de um ecossistema se regenerar, da reprodução da vida acontecer, não diminui em nada as vidas ceifadas ou os sofrimentos impostos. Uma sustentabilidade que não leve isto em consideração é verdadeiramente insustentável”. (OLIVEIRA; LOURENÇO, 2012)

Nesta senda, pode-se afirmar que a qualidade de vida da Humanidade é muito ruim. Isso ocorre devido ao egoísmo, ao individualismo, ao consumo de drogas lícitas e ilícitas, à criminalidade, às altas taxas de suicídio, à solidão, à incomunicabilidade, à destruição da identidade humana, à perda de valores, à dissolução de instituições como

família, e tantos outros fatores. Sob esta perspectiva, não é exagero dizer que a forma como se vive hoje é insustentável. É nesse contexto que emerge a existência de uma ética que não apenas se restrinja ao comportamento dos seres humanos entre si, mas se estenda à sua relação para com o meio ambiente (ar, terra, água, animais, florestas, processos produtivos, etc) (BOFF, 2009, p. 34).

Para isso, os princípios de conservação, preservação, respeito e cuidado com a Natureza, inerentes nas sociedades primitivas/tradicionais, precisam ser resgatados. O cuidado com a Natureza é um fenômeno recente e a exploração dos recursos naturais de maneira ilimitada ainda é um problema a ser enfrentado.

A transformação da consciência no sentido da conservação e da preservação ainda caminha a passos lentos. Isso porque a mudança tem que partir de todos os sujeitos, ainda que em gestos despercebidos, nos lares, nas comunidades, nos bairros e nos municípios. As leis e os acordos internacionais que objetivam proteger e conservar a Natureza serão ineficientes se os cidadãos do mundo não agirem também para esta finalidade. Com esse novo paradigma vigente, a Sustentabilidade requer mais do que ações positivas. É necessário que o Homem incorpore princípios como Responsabilidade e Fraternidade, além de conscientizar-se, em definitivo, de que as atitudes de hoje interferem diretamente no futuro dos seres.

Por certo, a exploração desmedida dos recursos naturais é uma realidade. No entanto, Freitas alerta que “[...] por mais resiliência que tenha, a Natureza guarda limites intransponíveis” (2012, p. 309). É preciso compreender a fragilidade e a incompletude da Natureza para preservá-la.

A organização social, própria dos seres humanos, passa por um momento de transição, no qual precisa se adaptar a uma nova realidade (e necessidade) social: a compreensão unificada da Natureza como um ambiente limpo e preservado e a conceitos modernos como Sustentabilidade. No século XX, esse momento de transição ficou evidente em razão do avanço da tecnologia, do encurtamento das distâncias, da evolução da Modernidade e da industrialização, bem como do surgimento de uma economia global cada vez mais unificada.

Deve-se buscar, em definitivo, o fim da concepção errônea de que a Natureza deve ser explorada como se fosse um Bem à disposição do Homem: a transformação do mundo natural em objeto de exploração desmedida já aconteceu e o resultado disso é a situação calamitosa dos dias de hoje. Não é mais possível e nem mesmo aceitável utilizar Natureza, e especialmente os animais, como se fossem objetos.

Mas, infelizmente, considerar os recursos naturais como bens a serem explorados é um pensamento que não ficou no passado. Ainda que, atualmente, haja mecanismos jurídicos para punição contra danos e crimes ambientais, por exemplo, observam-se ações humanas no sentido da exploração, a todo custo, dos recursos naturais, pouco importando suas consequências. É isso que se percebe no consumo exagerado da carne como produto gerador de lucro, pouco importando os direitos dos animais e as vidas que foram ceifadas para que esse processo seja completado.

É necessária uma nova consciência nas ações humanas individuais, por meio de um olhar reflexivo: o que estas atitudes podem gerar a toda coletividade? Cabe ao Homem refletir além dos seus interesses, viver em comunidade e fortalecer os laços, seja com seus semelhantes ou com a

Natureza: a Humanidade é dependente da Natureza em todos os sentidos. O vínculo antropológico comum a todos os seres humanos deve ser resgatado porque “ninguém pode se conhecer totalmente por si mesmo. São os outros, sempre, que completam a visão que nós – como indivíduos e como povos – temos de nós mesmos” (BAGGIO, 2008, p. 54). Até mesmo o elo de ligação entre a Humanidade foi perdida e há necessidade de restaurar estes laços.

A Humanidade é parte integrante de um planeta chamado Terra, que é vivo e se autoproduz. Apesar disso e de outros fenômenos que ocorrem na Natureza, que é capaz de se fazer e refazer nos ambientes mais inóspitos, essa não se encontra conservada e subsistente. O declínio da Natureza é evidente e resultado da ação humana: o mesmo Homem racional e capaz de manipular a ciência e a tecnologia de forma tão surpreendente é também movido por sentimentos que vão além da Responsabilidade e da Fraternidade.

Percebe-se que os interesses econômicos e privados do Homem não permitem que os ciclos naturais se refaçam, ou seja, não há tempo para que a Natureza possa se autoconstruir. Essa se destrói, pela ação humana, inconsequente e provocadora de desequilíbrios. Como resultado, danos irreversíveis afetam não somente este ou aquele local, mas o meio ambiente como um todo.

As ações humanas que atingem negativamente a natureza ocorrem a nível mundial. Constata-se que a destruição é permanente. Como o planeta Terra é uma rede viva, pulsante e interligada, as destruições ocorridas nos lugares mais longínquos trazem consequências a outros locais. É nesse

sentido que Jonas sugere um novo pensamento, um novo senso de responsabilidade, mais adequado com essa nova realidade.

A marca distintiva do ser humano, de ser o único capaz de ter responsabilidade, significa igualmente que ele deve tê-la pelos seus semelhantes, eles próprios, potenciais sujeitos de responsabilidade, e que realmente ele sempre a tem, de um jeito ou de outro: a faculdade para tal é a condição suficiente para a sua efetividade. Ser responsável efetivamente por alguém ou por qualquer coisa em certas circunstâncias (mesmo que não assuma e nem reconheça tal responsabilidade) é tão inseparável da existência do homem quanto o fato de que ele seja genericamente capaz de responsabilidade da mesma maneira que lhe é inalienável a sua natureza falante. (JONAS, 2006, p. 175-176).

A questão fundamental é a formulação de uma nova ética, voltada para os temas ambientais: como avançar sem destruir e preservar os recursos naturais, considerando a finitude do Homem e o cuidado com a Natureza, sendo esta uma premissa para sua própria existência. Muitos foram os episódios significativos na trajetória da Humanidade, que se depara com indagações à cerca da sua própria capacidade, do seu poder de construir e destruir, do seu papel diante à Natureza e, principalmente, o quanto as ações humanas tem capacidade de alterar o curso da História, de forma positiva e negativa.

Trata-se de uma nova consciência em prol das gerações futuras, denominada de Sustentabilidade, sendo esta uma tendência nos dias de hoje, pois o Planeta Terra é vivo, pulsante e interativo, onde tudo que acontece está interligado e interfere na vida de todos. Neste sentido, “A fraternidade é uma condição humana, ao mesmo tempo dada – e por isso, constitui um ponto de partida – mas também a ser conquistada, com o compromisso e colaboração de todos” (BAGGIO, 2008, p. 54).

5 Considerações Finais

A história da humanidade traz, desde o início de sua constituição, o traço da violência, forjada por meio da subjugação e da exploração do homem, transformando as relações de gênero, afetivas e sociais, através de dispositivos de poder e de submissão. Isso ficou bastante evidenciado com a dominação do homem em relação à mulher e à Natureza, e especialmente no tocante nos animais. São séculos de dominação e de exploração, onde somente o interesse do homem é considerado. Nesta senda, a exploração sexual das mulheres e a exploração dos animais como produto economicamente lucrativo se aproximam.

Ainda que muitos avanços tenham sido conquistados, as mulheres até hoje sofrem com dominação masculina. De maneira velada, estão permanentemente inferiorizadas, tanto nos lares quanto nas ruas. A questão da sexualidade também merece destaque, pois muitas ainda são consideradas objetos à disposição do homem e isso resulta, por exemplo, nos altos índices de estupros e de exploração sexual (inclusive de menores de idade) na realidade brasileira.

A violência sofrida pelas mulheres guarda relação com o carnivorismo, pois está arraigado no senso comum que o consumo de carne é sinônimo poder, domínio e virilidade. Tanto é verdade essa afirmação que associações entre a carne de animais e o corpo feminino são feitas de maneira descarada em famosas cadeiras de restaurantes ao redor do mundo. Por trás de figuras, expressões e *outdoors*, está presente a conexão entre dominação masculina, o poder, a violência (de todas as formas) contra a mulher e o consumo de carne.

Os novos tempos, porém, ensejam reflexões no sentido de rever estas posturas retrógradas e arraigadas. A dieta carnívora e selvagem, que sacrifica bilhões de animais anualmente, pode ser substituída por novas formas de alimentação, já que a modernidade oferece uma gama de produtos naturais e industrializados capazes de nutrir o corpo humano sem prejuízo à saúde, e contribuindo de maneira positiva para a Sustentabilidade. A dieta vegana, que ganha cada vez mais adeptos ao redor do mundo, não torna homens ou mulheres mais ou menos efeminados. Estes ranços e preconceitos precisam ser superados em prol dos direitos dos animais e da proteção à Natureza.

O alicerce está na ideia da superação do antropocentrismo em definitivo e do respeito recíproco: o respeito às pessoas, ao meio ambiente e a todos os seres vivos. É preciso exercitar uma ética ambiental que permita a reflexão coletiva e a reflexão pessoal no sentido de uma nova compreensão de mundo. É preciso ainda fortalecer, reintegrar, reestabelecer laços de interdependência entre o meio ambiente e tudo que o integra.

Conclui-se pela a importância do exercício da Solidariedade e da Fraternidade, para que todos sintam-se parte da comunidade e despertem para uma nova consciência, eliminando gradativamente as diferenças, com intuito de transformar o panorama atualmente instalado. Vê-se então a necessidade de uma política de civilização e humanidade que substituam a política do desenvolvimento e da lucratividade à qualquer custo.

Uma eco-política mundial também é relevante neste processo, fortalecendo o entendimento de que todos pertencem a um lugar comum. Para que isso ocorra, o sentimento de pertença a um lar único é fator

determinante. Ações individuais mais conscientes e responsáveis, aliadas a superação de preconceitos e do egoísmo são, de fato, o que podem transformar esta realidade individualista em prol do direito a um meio ambiente saudável, essencial à vida humana de uma forma geral.

A preservação do meio ambiente e o respeito à vida dos animais são de extrema importância para a perpetuação da vida humana no Planeta. Diante disso, cabe ao homem tomar estas iniciativas para modificar o rumo de sua evolução, fazendo com que seu desenvolvimento possa ser sustentável e responsável para com todas as formas de vida.

6. Referências

ADAMS, Carol J. **A Política Sexual da Carne**. Tradução de Cristina Cupertino. São Paulo: Alaúde, Editorial, 2012.

BAGGIO, Antônio Maria (org.): **O Princípio esquecido: a fraternidade na reflexão atual das ciências políticas**. Tradução de Durval Cordas, Iolanda Gaspar, José Maria de Almeida. São Paulo: Editora Cidade Nova, 2008.

BOFF, Leonardo. **Ética da vida: a nova centralidade**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. 2008. Disponível em: http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/textos_pdf/Empoderamento.pdf. Acesso em: 01/06/2014.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Vol.1: A vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 13.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: direito ao futuro**. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

HANS, Jonas. **O Princípio Responsabilidade: ensaio de uma ética para uma civilização tecnológica**. Rio de Janeiro: PUC Rio, 2006.

OLIVEIRA, Fábio Corrêa de; LOURENÇO, Daniel Braga. **Sustentabilidade insustentável?** In: FLORES, Nilton Cesar (Org.). A sustentabilidade ambiental em suas múltiplas faces. Campinas, (SP): Millenium, 2012.

SINGER, Peter. **Ética prática**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

<http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2012/03/salario-das-mulheres-permanece-28-inferior-aos-dos-homens-diz-ibge.html>. Acesso em 16 de maio de 2014.